

O PAPEL DO JORNALISMO COMO FERRAMENTA DE COMBATE AO RACISMO RELIGIOSO

**Camila Lemos Felix Silva¹, Marianne Victoria Alves Oliveira², João Victor
Pereira Silva³, Maria Witoria Morato de Lima⁴**

Resumo: A intolerância religiosa no Brasil tem se intensificado de forma alarmante nas últimas décadas, especialmente quando direcionada às religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda. Essas manifestações religiosas, fundamentais para a identidade cultural e espiritual do povo afro-brasileiro, são constantemente alvo de preconceito, estigmatização e violência, configurando o fenômeno conhecido como racismo religioso. Segundo dados divulgados pela CNN Brasil (2025), os casos de intolerância religiosa aumentaram mais de 80% em diferentes regiões do país, com maior incidência nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. De forma ainda mais preocupante, a Rádio Agência Nacional (EBC) apontou que os ataques às religiões de matriz africana cresceram cerca de 270% em todo o território nacional. Esses números revelam uma realidade marcada por discriminação persistente e por um ambiente social que, embora amparado por uma Constituição laica, ainda reproduz práticas racistas e excludentes. O conceito de racismo religioso, conforme definido por Calundu (2018), vai além da simples intolerância às diferenças de fé. Ele se manifesta como uma forma específica de racismo estrutural, na medida em que as religiões afro-brasileiras estão intrinsecamente ligadas à ancestralidade africana e à identidade negra. Assim, o preconceito religioso não se dirige a todas as religiões não hegemônicas, mas especificamente àquelas que remetem à origem africana. A satanização das práticas afro-brasileiras, a associação pejorativa à “magia negra” e a destruição de terreiros são expressões concretas desse racismo religioso. Portanto, o ódio não é contra a divergência teológica, mas contra uma herança cultural e racial historicamente marginalizada.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a importância do jornalismo como meio de denúncia, visibilidade e conscientização acerca do

¹ Crede 19

² Crede 19

³ Crede 19

⁴ Crede 19

X SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA
XXVIII SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA
10 a 14 de NOVENBRO de 2025

Tema: “UNIVERSIDADE E SOCIEDADE NA AGENDA 2030”



racismo religioso no Brasil, investigando como a mídia tem abordado casos de intolerância religiosa e de que forma contribui para a promoção do respeito e da diversidade de fé. O estudo também busca compreender como o jornalismo pode se constituir em um instrumento de transformação social, capaz de combater o preconceito e valorizar as religiões afro-brasileiras como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro. A pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem exploratória e documental, utilizando como fontes principais reportagens jornalísticas, artigos de opinião e dados oficiais sobre intolerância religiosa, com ênfase nas religiões de matriz africana. O portal de notícias G1 foi selecionado como principal objeto de análise, por sua ampla abrangência nacional e constante produção de conteúdos relacionados a direitos humanos e diversidade religiosa. Essa metodologia permitiu compreender como a mídia constrói narrativas sobre o racismo religioso e de que modo tais narrativas podem reforçar estereótipos ou, ao contrário, contribuir para sua desconstrução. Os resultados da análise indicam que o jornalismo tem papel fundamental na formação da consciência social e na defesa dos direitos humanos, especialmente quando atua com compromisso ético e responsabilidade informativa. A visibilidade conferida às denúncias de ataques a terreiros, agressões a sacerdotes e discursos de ódio nas redes sociais tem contribuído para ampliar o debate público sobre o racismo religioso. Entretanto, ainda é necessário avançar na forma como essas matérias são tratadas, evitando enquadramentos superficiais e dando voz aos sujeitos diretamente afetados. Em muitos casos, a cobertura jornalística tende a noticiar os episódios de intolerância sem contextualizar suas raízes históricas e sociais, o que pode esvaziar o caráter estrutural do racismo religioso. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso VI, garante que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias”. Essa norma constitucional reforça o princípio do Estado laico e o direito de toda pessoa professar sua fé sem discriminação. No entanto, a distância entre o texto constitucional e a realidade cotidiana é evidente. Os ataques físicos e simbólicos às religiões afro-brasileiras demonstram que a laicidade estatal não tem sido suficiente para conter a intolerância enraizada na sociedade, muitas vezes alimentada por discursos religiosos hegemônicos e pela falta de políticas públicas eficazes de proteção e valorização das expressões afro-religiosas. Historicamente, as religiões afro-brasileiras sobreviveram e se fortaleceram pela resistência cultural dos povos africanos escravizados e de seus descendentes.

X SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA
XXVIII SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA
10 a 14 de NOVEMBRO de 2025

Tema: “UNIVERSIDADE E SOCIEDADE NA AGENDA 2030”



Palavras-chave: Jornalismo. Racismo. Religião. Matriz africana.

Agradecimentos: Ao professor Lucas Izidio Feitosa, gratidão pelo ensino, profissionalismo e dedicação na orientação.